



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2012

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO – BTR

Líder: Bonifácio Mourão
Vice-Líderes: Duarte Bechir, Fred Costa, João Vítor Xavier, Luzia Ferreira e Rômulo Viegas

BLOCO AVANÇA MINAS – BAM

Líder: Tiago Ulisses
Vice-Líderes:

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Rogério Correia
Vice-Líderes: Maria Tereza Lara, Paulo Lamac e Ulysses Gomes

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Sávio Souza Cruz
Vice-Líderes:

PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Rodrigues
Vice-Líder: Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Gustavo Valadares

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Pompílio Canavez

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Bonifácio Mourão
Vice-Líderes: Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Leonardo Moreira, Luiz Henrique e Neider Moreira

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:
Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Neider Moreira
Deputado Fred Costa

BAM Presidente
BAM Vice-Presidente
BTR
BTR
BTR



Deputado Rogério Correia PT
Deputado Ivair Nogueira PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antonio Carlos Arantes BAM
Deputado Hely Tarquínio BAM
Deputado Carlos Mosconi BTR
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Sebastião Costa BTR
Deputado Paulo Lamac PT
Deputado Bruno Siqueira PMDB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca PT Presidente
Deputado Pompílio Canavez PT Vice-Presidente
Deputado João Leite BTR
Deputado Sebastião Costa BTR
Deputado Glaycon Franco BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado PT
Deputado Paulo Lamac PT
Deputado Hélio Gomes BTR
Deputado Fábio Cherem BTR
Deputado Neider Moreira BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa BTR Presidente
Deputado Bruno Siqueira PMDB Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Glaycon Franco BTR
Deputado Luiz Henrique BTR
Deputada Rosângela Reis BAM
Deputado André Quintão PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neider Moreira BTR
Deputado Gilberto Abramo PRB
Deputado Bosco BTR
Deputado Arlen Santiago BTR
Deputado Rômulo Viegas BTR
Deputado Délio Malheiros BAM
Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

COMISSÃO DE CULTURA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado PT Presidente
Deputada Luzia Ferreira BTR Vice-Presidente
Deputado Carlos Mosconi BTR
Deputado Rômulo Veneroso BAM
Deputado Tenente Lúcio PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes PT



Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	Vice-Presidente
Deputado Marques Abreu	BTR	
Deputado Elismar Prado	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hélio Gomes	BTR	
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputada Maria Tereza Lara	PT	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BAM	Presidente
Deputada Liza Prado	BAM	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Carlos Henrique	PRB	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio	BAM	
Deputada Rosângela Reis	BAM	
Deputado Antônio Lerin	BAM	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	PT	Presidente
Deputado Paulo Lamac	PT	Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	PT	
Deputado Pompílio Canavez	PT	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputada Luzia Ferreira	BTR	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	



Deputado Paulo Lamac PT
Deputado Carlin Moura PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Glaycon Franco BTR
Deputada Maria Tereza Lara PT
Deputado Celinho do Sinttrocel PCdoB

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**Reuniões Ordinárias - terças-feiras – 15 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu BTR Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite PMDB Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino BTR
Deputado Adelmo Carneiro Leão PT
Deputado Gustavo Perrella PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Bruno Siqueira PMDB
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado André Quintão PT
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BTR Presidente
Deputado Doutor Viana BAM Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier BTR
Deputado Romel Anísio BAM
Deputado Antônio Júlio PMDB
Deputado Ulysses Gomes PT
Deputado Gustavo Perrella PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Gustavo Corrêa BAM
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR
Deputado Tiago Ulisses BAM
Deputado Ivair Nogueira PMDB
Deputado Rogério Correia PT
Deputado Sargento Rodrigues PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira BTR Presidente
Deputado Delvito Alves BTR Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Gustavo Corrêa BAM
Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Juninho Araújo BTR
Deputado Duarte Bechir BTR
Deputado Tiago Ulisses BAM



Deputado Ivair Nogueira

PMDB

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz
Deputado Tiago Ulisses
Deputado João Vitor Xavier
Deputado Doutor Viana
Deputado Carlos Henrique

PMDB Presidente
BAM Vice-Presidente
BTR
BAM
PRB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes
Deputado Rômulo Veneroso
Deputado Sebastião Costa
Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Antônio Júlio

PMDB
BAM
BTR
BAM
PMDB

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR**Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão
Deputado Fred Costa
Deputado Bosco
Deputado Neilando Pimenta
Deputado Carlin Moura

PT Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BTR
PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão
Deputado João Leite
Deputado Sebastião Costa
Deputado Duarte Bechir
Deputado Celinho do Sinttrocel

PT
BTR
BTR
BTR
PCdoB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado Fabiano Tolentino
Deputada Liza Prado
Deputado Romel Anísio
Deputado Tiago Ulisses

BAM Presidente
BTR Vice-Presidente
BAM
BAM
BAM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duílio de Castro
Deputado Rômulo Viegas
Deputado Doutor Viana
Deputado Antônio Lerin
Deputado Rogério Correia

BAM
BTR
BAM
BAM
PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado Luiz Henrique
Deputado Deiró Marra
Deputado Gilberto Abramo

BAM
BTR
BTR
PRB



MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado João Leite	BTR
Deputado Bosco	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Antônio Júlio	PMDB

COMISSÃO DE SAÚDE**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	BAM	Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	
Deputado Neider Moreira	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Glaycon Franco	BTR
Deputado Doutor Viana	BAM
Deputado Luzia Ferreira	BTR
Deputado Fábio Cherem	BTR
Deputado Almir Paraca	PT

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Zé Maia	BTR	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira	BTR
Deputado Durval Ângelo	PT
Deputado Célio Moreira	BTR
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputado Tenente Lúcio	PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis	BAM	Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	Vice-Presidente
Deputado Juninho Araujo	BTR	
Deputado Pompílio Canavez	PT	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Veneroso	BAM
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Adalclever Lopes	PMDB	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	PRB	
Deputado Carlin Moura	PCdoB	
Deputado Fábio Cherem	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO**Reuniões Ordinárias - terças -feiras - 10h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	
Deputado Ulysses Gomes	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BTR	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	
Deputado Pompílio Canavez	PT	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Viana	BAM	Presidente
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Paulo Lamac	PT	
Deputado Hely Tarquínio	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	
Deputado Rogério Correia	PT	
Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	

Ouvidor Parlamentar: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO**1 - ATA**

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES



5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA
7 - ERRATA

**ATA**

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/3/2012

Às 9h35min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Carlin Moura, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlin Moura, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é por ele subscrita. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o transporte irregular de substâncias perigosas, especialmente de combustíveis, por veículos sem inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga ou no Ibama. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Marco Túlio Simões Coelho, Superintendente do Ibama (substituto) em Belo Horizonte; Marcos Pierre Vespermann Carvalho, Chefe de Policiamento da Polícia Rodoviária Federal – PRF - no Estado, representando o Sr. Davi Stanley Bomfim Dias, Superintendente Regional da PRF; as Sras. Patrícia Sena Coelho e Isabel Cristina Rocha R. Menezes, respectivamente, Diretora de Prevenção e Emergência Ambiental e Diretora Técnica da Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando o Sr. Adriano Magalhães Chaves, titular dessa Pasta; os Srs. Cláudio Renê Valadares Lobato, Coordenador de Fiscalização, representando o Sr. Augusto César Torres Guerra, Coordenador de Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Minas Gerais da ANTT; Helvécio Silveira de Magalhães, Gerente de Operações da Distribuidora de Minas Gerais da Petrobras; Irani Gomes, Presidente do Sindicato das Empresas Transportadoras de Combustível e Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais; e Rodrigo Bravim Brandão, advogado do Sindtanque, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, cumprida a finalidade desta, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2012.

Adalclever Lopes, Presidente - Carlin Moura.

**ORDENS DO DIA**

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/4/2012

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 339/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Diretor-Geral do Deop-MG e ao Presidente da Codemig as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de informações com cópias dos documentos sobre eventual doação ou transferência de imóveis por órgão público a moradores dos bairros e vilas onde haverá obras do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem; e sobre os mapas da região da Cidade Industrial de Contagem, datados de 1940 a 1945, inclusive das áreas próximas às ruas que menciona, situadas na Vila Itaú. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 606/2011, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Emater-MG pedido de informações sobre a execução da Ação 4147 – Criação de Pequenos Animais – Piscicultura – em comunidades indígenas, com a discriminação das comunidades em que essa ação tem sido desenvolvida, bem como do percentual de execução física e

financeira da ação nas referidas comunidades. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 725/2011, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde e à Diretoria-Geral do IMA pedido de informações sobre a ocorrência de problemas de saúde ou óbitos que tenham sido causados pelo consumo de queijo minas artesanal. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 747/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 748/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 768/2011, das Comissões de Educação e de Segurança Pública, em que solicitam sejam encaminhados ao Subchefe do Estado-Maior da PMMG pedido de informações sobre os dados constantes no Registro de Eventos de Defesa Social – Reds –, em especial sobre os incidentes de violência em ambiente escolar nos últimos três anos no Estado, por Município, e pedido de cópia dos documentos que estabelecem as diretrizes para a atuação da PMMG em casos de violência nos estabelecimentos de ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 809/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude – CAO-IJ – pedido de informações sobre a implantação de medidas socioeducativas em Municípios, em particular quanto à prestação de serviços à comunidade e à liberdade assistida. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.312/2011, do Deputado Tadeu Martins Leite, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais pedido de informações sobre a localização da escada Finasa, adquirida através de convênio com a Sudene para equipar o 7º Batalhão do Corpo de Bombeiros de Montes Claros e de lá retirada para manutenção em 2008. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.918/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre a constituição da dívida do Estado com a Cemig, incluindo cópia dos documentos que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.129/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Contas pedido de cópia da íntegra do estudo sobre a dívida pública de Minas Gerais, realizado pela Diretoria de Controle Externo dessa Corte, para subsidiar o relatório anual de 2010, que teve como relator o Conselheiro Sebastião Helvécio. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.130/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de informações, com os aspectos que menciona, sobre os contratos de financiamento do Estado com a União e com a Cemig. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.157/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações detalhadas sobre as memórias de cálculo de dívidas do Estado negociadas no âmbito das Leis Federais nºs 7.614, de 1987, 7.976, de 1989, e 8.727, de 1993. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.158/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre os documentos que menciona, que contêm informações relacionadas a acordo e contratos firmados pelo Estado nas negociações realizadas com base na Lei Federal nº 9.496, de 1997. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Augusto Monteiro Guimarães para Presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Eugênio Ferraz para Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.846, que dispõe sobre a declaração de Áreas de Vulnerabilidade Ambiental e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.913, que dispõe sobre a política estadual de coleta, tratamento e reciclagem de óleo e gordura vegetal ou animal de uso culinário e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 4/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimentos n°s 2.757/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.761/2012, da Comissão de Participação Popular.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projeto de Lei n° 2.746/2011, do Governador do Estado.
Requerimentos n°s 2.751/2012, do Deputado Délio Malheiros; 2.758/2012, da Deputada Liza Prado; 2.793 a 2.795/2012, do Deputado Neilando Pimenta.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimentos n°s 787/2011, do Deputado Fred Costa; 2.704 e 2.705/2012, do Deputado Doutor Viana.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H45MIN DO DIA 4/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 4/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projeto de Resolução n° 2.914/2012, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.
No 1º turno: Projetos de Lei n°s 29 e 256/2011, do Deputado Elismar Prado; 746/2011, do Deputado Carlin Moura; 1.175/2011, do Deputado Leonardo Moreira.
Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projetos de Resolução n°s 2.989, 2.990, 2.991 e 2.993/2012, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.
Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.647/2011, do Deputado Fabiano Tolentino.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 175/2011, do Deputado Rogério Correia; 532/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; e 2.499/2011, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.509/2011, do Deputado Bosco; 2.797/2012, do Deputado Paulo Guedes; 2.803 e 2.804/2012, da Deputada Rosângela Reis; 2.812/2012, da Deputada Ana Maria Resende; 2.814/2012, do Deputado Duílio de Castro; 2.817/2012, da Deputada Rosângela Reis; 2.823/2012, do Deputado Bruno Siqueira; 2.825 e 2.854/2012, do Deputado Cássio Soares; 2.861/2012, do Deputado Inácio Franco; e 2.870/2012, do Deputado Dilzon Melo.

Requerimento nº 2.701/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 4/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.669/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.826/2012, do Deputado Cássio Soares; 2.844/2012, do Deputado Paulo Guedes; e 2.880/2012, do Deputado Antônio Júlio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 4/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 56/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos, Célio Moreira e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/4/2012, às 10 horas, na Sest – Senat, na MG-900, no Km 4, nº 4.900, saída para o Prata e Uberlândia, com a finalidade de debater a instalação, a operação e a manutenção das balanças controladas pelo DER-MG nas rodovias estaduais do Estado, bem como o teor dos contratos firmados com empresas terceirizadas que operam os referidos equipamentos, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2012.

Adalclever Lopes, Presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação dos nomes de Anali de Rezende e outros para comporem o Conselho Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bosco, Duílio de Castro, Paulo Lamac e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/4/2012, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de realização de arguição pública de Anali de Rezende Peixoto, José Francisco Soares e Miracy Barbosa de Sousa Gustin, de discutir e votar os pareceres para o turno único das Indicação nºs 37, 43 e 53/2012, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2012.

Duarte Bechir, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.880/2012

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Córrego Danta – Aspcor –, com sede no Município de Córrego Danta.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.880/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Córrego Danta – Aspcor –, com sede no Município de Córrego Danta, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo o desenvolvimento econômico e social da comunidade onde atua.

Com esse propósito, a instituição organiza os produtores rurais; busca potencializar o desenvolvimento da agropecuária, do artesanato e do turismo rural, visando melhorar a qualidade da produção e das condições de vida da população; esclarece sobre a importância da preservação do meio ambiente; realiza pesquisas e estudos relacionados às atividades da economia local nas áreas técnica, gerencial e mercadológica, a fim de orientar a formulação de estratégias e ações voltadas para o benefício de todos; apoia os produtores na aquisição coletiva de equipamentos e insumos; promove cursos de capacitação, feiras e exposições; presta assistência médica, odontológica e educacional.

Tendo em vista o relevante trabalho realizado pela Aspcor, consideramos meritório que lhe seja outorgado o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.880/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2012.

Liza Prado, relatora.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 104/2011

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria dos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a concessão de certificado de redução de emissão de gases de efeito estufa a instituição pública e privada.

Publicada no Diário do Legislativo de 18/2/2011, foi a proposição preliminarmente apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cumpram agora a esta Comissão emitir o seu parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, inciso VIII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em estudo propõe a concessão, por parte do Estado, de certificado específico à instituição pública ou privada que reduzir suas emissões de gases de efeito estufa nos processos de produção de bens e serviços.

Em sua justificativa, os autores mencionam os debates internacionais relacionados à temática do aquecimento global, destacando a necessidade de ações com vistas ao atendimento do Protocolo de Quioto, que estabelece metas de redução de emissão de gases de efeito estufa. Ressaltam, também, a alteração empreendida por esta Casa Legislativa à Lei nº 14.309, de 2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade, obrigando os grandes consumidores de matéria-prima florestal a comprovarem utilização de, no mínimo, 95% de matéria de origem plantada, em coeficientes progressivos até o ano de 2018.



No que tange ao mérito da proposição, cumpre notar que a política ambiental relacionada às mudanças climáticas, em Minas Gerais, é desenvolvida por meio da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam –, que coordena as atividades da chamada Agenda Marrom. Em 2008, essa fundação concluiu o 1º Inventário de Gases do Efeito Estufa do Estado, com dados para o ano-base de 2005. E, em 2009, com base no Decreto nº 45.229, de 2009, iniciou a implantação do Registro Público Voluntário das Emissões Anuais de Gases do Efeito Estufa de Empreendimentos no Estado.

Também em 2009, iniciou-se a execução de ações, no âmbito do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2008-2011, com vistas a reduzir as emissões de gases de efeito estufa e buscar a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas no Estado. Essas medidas estão compreendidas, no PPAG 2012-2015, no escopo do Programa 046 – “Qualidade Ambiental”, especificamente na Ação 1216 – “Mitigação e adaptação às mudanças climáticas”, e do Programa 242 – “Supervisão e expansão do ensino superior”, na perspectiva da promoção da inovação ambiental para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Recentemente, no Fórum Democrático para o Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, promovido por esta Casa em 2011, foram recebidas três propostas relacionadas à “promoção do debate sobre mudanças climáticas, a partir do qual se possa estabelecer limites para as emissões de gases de efeito estufa, bem como medidas de sequestro e crédito de carbono”.

Como se observa, a proposição em análise é meritória ao abordar tema atual e necessário à proteção ambiental no Estado. Não obstante, apresenta inconsistências, destacadas pela Comissão de Constituição e Justiça, que propôs a Emenda nº 1, suprimindo integralmente o art. 2º e uma expressão do art. 5º.

Sobre a supressão do art. 2º, cumpre destacar que, embora os incentivos econômicos contrariem a Lei de Responsabilidade Fiscal, eles atendem aos preceitos da Lei Federal nº 12.187, de 2009, que institui a Política Nacional de Mudança do Clima. No inciso VI de seu art. 6º, essa norma define, como instrumentos da política, as “medidas fiscais e tributárias destinadas a estimular a redução das emissões e remoção de gases de efeito estufa, incluindo alíquotas diferenciadas, isenções, compensações e incentivos” a serem estabelecidos em leis específicas.

Tendo em vista os apontamentos dessa norma e as contribuições da citada Comissão, julgamos relevante incluir na proposição outros mecanismos – não fiscais – de fomento à redução das emissões, o que propomos por meio do Substitutivo nº 1.

Ainda em nossa análise do projeto, optamos por diligenciá-lo à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Feam, solicitando que sobre ele se pronunciassem. Em sua resposta conjunta, as entidades destacaram a importância de que a concessão de qualquer benefício seja precedida de discussão, entre os diversos setores envolvidos, acerca dos parâmetros técnicos, metodológicos e procedimentais a serem observados. Além disso, apoiaram a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e propuseram alteração ao parágrafo único do art. 1º, sugerindo que o licenciamento ambiental leve em consideração os acordos estabelecidos para mitigação de gases de efeito estufa.

Sobre essa sugestão, avaliamos que não há conflitos com relação à atual redação do dispositivo, que prevê a concessão do certificado às instituições que atuarem proativamente na redução de suas emissões, emitindo menos gases de efeito estufa que o permitido em suas licenças. Além disso, consideramos que já cabe ao órgão ambiental considerar os acordos vigentes de mitigação de emissões de gases de efeito estufa nos processos de licenciamento. Por esses motivos, optamos por não acatar a referida sugestão.

Desse modo, o substitutivo ora proposto compreende os apontamentos da Comissão de Constituição e Justiça, que foram apoiados pela Semad e pela Feam, e as contribuições desta Comissão, que visam à melhoria das condições ambientais de nosso Estado.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 104/2011, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre a concessão de certificado de redução de emissão de gases de efeito estufa a instituição pública e privada.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Estado concederá certificado a instituição pública ou privada que reduzir a emissão de gases de efeito estufa nos processos de produção de bens e serviços, na forma, prazo e condições estabelecidos em regulamento.

Parágrafo único – O licenciamento ambiental poderá servir de parâmetro para fins de concessão do certificado, desde que o empreendimento ou atividade adotem medidas de controle de emissão de gases mais restritivas que as exigidas pelo órgão licenciador.

Art. 2º – A instituição certificada fará jus, no mínimo, aos seguintes benefícios:

I – direito de utilizar a certificação para fins publicitários;

II – direito de figurar em lista de instituições certificadas, a ser publicada anualmente pelo órgão ambiental;

III – desconto percentual sobre o valor do custo da análise do requerimento de revalidação de licença ambiental;

IV – incremento no prazo da licença renovada.

Parágrafo único – Os critérios para a concessão, a manutenção e a perda dos benefícios de que trata este artigo serão estabelecidos em regulamento, ouvido o Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam.

Art. 3º – O uso irregular da certificação será punido com multa diária de 50 a 5.000 Ufemgs - (cinquenta a cinco mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais).

Art. 4º – Constatada a qualquer tempo irregularidade na concessão do certificado, a instituição certificada será punida com pena de multa, nos limites previstos nesta lei, sem prejuízo das demais sanções civis e penais cabíveis.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2012.

Luzia Ferreira, Presidente e relatora - Sávio Souza Cruz - João Leite.



PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 31/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 31/2011, de autoria do Deputado Elismar Prado, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Educativa Cordisburgo FM, com sede no Município de Cordisburgo, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 31/2011

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Educativa Cordisburgo FM, com sede no Município de Cordisburgo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Educativa Cordisburgo FM, com sede no Município de Cordisburgo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de março de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Luiz Henrique, relator - Duarte Bechir.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 686/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 686/2011, de autoria do Deputado Arlen Santiago, que dá a denominação de Antônio José Marinho à estrada que liga o Município de Juvenília ao Município de Montalvânia, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 686/2011

Dá denominação à MGC-030, que liga o Município de Juvenília ao Município de Montalvânia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Antônio José Marinho a rodovia MGC-030, que liga o Município de Juvenília ao Município de Montalvânia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Luzia Ferreira.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.334/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.334/2011, de autoria da Deputada Ana Maria Resende, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção Ambiental – Apam –, com sede no Município de Mantena, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.334/2011

Declara de utilidade pública a Associação de Proteção Ambiental – Apam –, com sede no Município de Mantena.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção Ambiental – Apam –, com sede no Município de Mantena.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de março de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Luiz Henrique, relator - Duarte Bechir.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.848/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.848/2011, de autoria do Deputado Zé Maia, que dá a denominação de Pio Martins de Freitas ao trecho da Rodovia MGT-497 situado no Município de Campina Verde, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.



PROJETO DE LEI Nº 1.848/2011

Dá denominação ao trecho da MGC-497 que liga o entroncamento da MG-255, no Município de Iturama, ao entroncamento para o Distrito de Honorópolis, no Município de Campina Verde.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Rodovia Pio Martins de Freitas o trecho da MGC-497 que liga o entroncamento da MG-255, no Município de Iturama, ao entroncamento para o Distrito de Honorópolis, no Município de Campina Verde.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Luzia Ferreira.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.975/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.975/2011, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dá a denominação de Augusto Maria Junho ao trecho da Rodovia LMG-878 que liga o Município de São Gonçalo do Sapucaí ao Município de Cordislândia, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.975/2011

Dá denominação à LMG-878, que liga o Município de São Gonçalo do Sapucaí ao Município de Cordislândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Rodovia Augusto Maria Junho a LMG-878, que liga o Município de São Gonçalo do Sapucaí ao Município de Cordislândia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Luzia Ferreira.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.583/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.583/2011, de autoria do Deputado Anselmo José Domingos, que declara de utilidade pública o Esporte Clube Paranaense do Parque São João Batista, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.583/2011

Declara de utilidade pública o Esporte Clube Paranaense do Parque São João Batista, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Esporte Clube Paranaense do Parque São João Batista, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de março de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Luiz Henrique, relator - Duarte Bechir.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.649/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.649/2011, de autoria do Deputado Antônio Júlio, que declara de utilidade pública a Associação de Promoção Cultural, Educacional, Esportiva e de Lazer de Itinga, com sede no Município de Itinga, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.649/2011

Declara de utilidade pública a Associação de Promoção Cultural, Educacional, Esportiva e de Lazer do Município de Itinga, com sede no Município de Itinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Promoção Cultural, Educacional, Esportiva e de Lazer do Município de Itinga, com sede no Município de Itinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Comissões, 21 de março de 2012.
Antônio Carlos Arantes, Presidente - Luzia Ferreira, relatora - Gilberto Abramo.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.736/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.736/2011, de autoria do Deputado Doutor Viana, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Deraldo Alves – ACMBDA –, com sede no Município de Buenópolis, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.736/2011

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Deraldo Alves – ACMBDA –, com sede no Município de Buenópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Deraldo Alves – ACMBDA –, com sede no Município de Buenópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de março de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Duarte Bechir, relator - Luiz Henrique.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.737/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.737/2011, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, que declara de utilidade pública a Associação Veterano Esporte Clube, com sede no Município de Coluna, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.737/2011

Declara de utilidade pública a Associação Veterano Esporte Clube, com sede no Município de Coluna.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Veterano Esporte Clube, com sede no Município de Coluna.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de março de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Duarte Bechir, relator - Luiz Henrique.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 29/3/2012

O Deputado Bosco* - Sr. Presidente, demais membros da Mesa desta Assembleia Legislativa, caros Deputados, Sras. Deputadas e telespectadores da TV Assembleia que nos honram acompanhando a transmissão desta reunião, há dois assuntos que julgamos de grande importância. Antes, porém, quero abordar uma matéria publicada no jornal “O Tempo” do último dia 27, que diz respeito à alimentação, à merenda escolar de modo especial, fazendo a tratativa aos profissionais da educação, aos professores e também às serviçais. O jornal “O Tempo” diz que houve uma proibição, por meio de uma determinação da Secretaria de Educação, suspendendo, proibindo nossos professores e serviçais de alimentar-se nas escolas e utilizar-se da merenda escolar.

Na realidade, sabemos que isso não procede, porque a questão que rege a distribuição do recurso e a sua aplicação é determinada por lei federal. Portanto, não tem nada a ver com questão da Secretaria de Educação.

Caros Deputados Doutor Viana e Rômulo Viegas, a matéria veiculada pelo “O Tempo” de 27/3/2012 afirma a proibição de fornecimento de merenda aos profissionais da educação. Segundo o jornal, a orientação é da Secretaria de Educação de Minas. Isso não está correto, pois a orientação é do próprio Ministério da Educação, responsável pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que, por consequência, é responsável pelo repasse dos referidos recursos para a alimentação escolar. Repito: trata-se de uma lei federal; portanto, cabe à Secretaria de Educação seguir a orientação do MEC instruindo Superintendentes e Diretoras.



O artigo do “O Tempo” diz que, segundo a Secretária de Educação, a regra sempre existiu, mas não era fiscalizada. A assessoria de comunicação da Secretaria de Educação afirmou ao jornalista que um ofício foi encaminhado às Diretorias e Superintendências de ensino de Minas Gerais com orientações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, bem como outras orientações.

Caros Deputados, tenho aqui parte da lei que determina a forma da aplicação desses recursos em relação à merenda escolar. Trata-se da Lei Federal nº 11.947, de 2009. Essa lei foi promulgada pelo Presidente da República, que na ocasião era o saudoso José Alencar, na gestão do Ministro Fernando Haddad.

Diz a lei: “Art. 1º - Para os efeitos desta lei, entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem durante o período letivo. Art. 2º - São diretrizes da alimentação escolar: I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica; VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social. Art. 3º - A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas ao atendimento das diretrizes estabelecidas nesta lei”.

Portanto, caros Deputados e Deputadas, entendemos que muitos de nossos profissionais abnegados da educação trabalham dois turnos, saem de uma escola e vão para outra, sem tempo de ir a sua casa almoçar ou jantar. Eles merecem, sim, receber suporte na escola em relação à alimentação. Para que isso ocorra, é necessário que o MEC, o governo federal faça uma alteração nessa lei, faça constar a alimentação aos servidores da educação que atuam dentro das escolas, de forma que sejam inseridos na Lei nº 11.947. Conclamo todos os colegas Deputados dos diversos partidos que compõem a Assembleia Legislativa e os Deputados Federais atuantes em Brasília a solicitar ao Congresso Nacional e à Presidente da República uma alteração nessa lei, fazendo justiça aos servidores da educação, para que tenham direito à alimentação de qualidade nas escolas.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado Bosco, Presidente da Comissão de Educação, realmente é apropriado que esse tema seja colocado em debate. Ontem conversamos sobre essa situação. Fui Diretora de escola estadual de ensino médio por cinco anos e meio e professora por 25 anos. Nunca foi proibido a um professor receber a merenda escolar. E, se isso ocorresse, como Diretora não seguiria essa regra, porque é um desrespeito ao trabalhador que está lá e não tem auxílio à alimentação. Esse direito é de todos, não apenas dos alunos. A legislação federal estabelece um “per capita” por aluno em relação à merenda escolar e não proíbe o professor de recebê-la.

Não sou contra o governo federal ampliar, pois quero somar. Mas, enquanto isso não acontece, o governo do Estado não pode impedir que os professores da rede estadual, os Diretores, inclusive os serviços que fazem a merenda possam ter acesso à merenda escolar. Isso é uma incoerência, é um absurdo. Não interessa se a questão é do âmbito federal, o importante é que podemos reivindicar. Não sou contra isso, mas, enquanto não acontece, fiz essa norma para que as redes municipais e as prefeituras banquem o resto da merenda. Por exemplo, lá em Betim e em outras cidades, os professores não ficam, nem podem, sem a merenda. Lembro que, quando eu era Diretora - e gostaria de ressaltar que não estou fazendo papel de disputa partidária, apenas é uma questão de coerência, de bom senso -, tínhamos um convênio com a Fiat. Deputado José Henrique, na oportunidade, havia um curso profissionalizante, e dois professores eram dessa empresa, da qual saíram como altos funcionários. Eles não precisavam receber merenda na escola, não era por questão financeira, mas não tinham tempo, então iam direto do trabalho para a escola, por isso todos eles merendavam lá. Portanto, queremos reivindicar que o governo federal contribua, mas que o governo do Estado não admita essa situação até que se resolva. É só isso, Deputado. Obrigada.

O Deputado Bosco* - Deputada Maria Tereza Lara, agradeço o aparte e a compreensão, pois ainda tenho outras matérias para abordar aqui. Concedo aparte ao nobre Deputado Rogério Correia, a quem solicito seja rápido porque ainda tenho outras matérias para tratar desta tribuna.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) – Pois não, Deputado Bosco. Serei rápido mesmo.

Li a nota da Secretaria de Educação e considero que ela faz uma análise equivocada do procedimento. Não há proibição ao professor, pois ele também tem acesso à alimentação escolar. É claro que a lei estabelece alimentação escolar para os alunos, mas nunca houve proibição na legislação. Ela trata dos alunos, mas não proíbe o professor. Essa visão que alguém dentro da Secretaria Estadual de Educação teve é nova, diria até que é uma interpretação desumana da lei.

Na verdade, a escola faz essa merenda escolar, mas sobra muito. Às vezes essa comida é jogada fora ou aproveitada em outras questões. Quer dizer, não há que se ter esse tipo de interpretação. Sugiro a V. Exa., como Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, que possa solicitar à Secretaria que tenha uma outra visão sobre isso e, ainda, que verifique se foi um problema de uma secretaria ou de uma superintendência, a fim de não ter uma interpretação que seja tão desumana com os professores, acerca de uma alimentação escolar que será posteriormente até jogada fora. Pessoas que foram professores no Estado durante muito tempo nas redes municipais sabem que é evidente que podem servir essa alimentação na escola. Portanto essa é uma interpretação muito rigorosa da lei, e acho que nem precisa ser alterada do ponto de vista federal. É preciso ter uma visão mais humana dentro da Secretaria Estadual de Educação. Provavelmente tiveram uma visão burocrática e técnica muito ruim. Minha sugestão é que isso seja revisto e que a Secretaria não mais dê esse tipo de orientação.

O Deputado Bosco* – Obrigado, Deputado Rogério Correia. Gostaria de dizer a V. Exa. e aos demais colegas Deputados que a Secretaria de Estado não mais está seguindo a orientação do próprio MEC, que exige da Secretaria o cumprimento dessa lei. É claro que sabemos que a questão da alimentação dos profissionais da educação é realmente necessária. Temos certeza absoluta de que a nossa Secretária e o governo do Estado são sensíveis. Independentemente da lei, essa alimentação continuará sendo servida aos profissionais da educação. No entanto cabe a nós, legisladores, lideranças políticas, solicitar ao Congresso Nacional, por intermédio

dos nossos companheiros partidários, que proponham uma alteração, uma implementação nessa Lei nº 11.947, para assim assegurarmos esse direito aos profissionais da educação.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Deputado Bosco, gostaria de cumprimentá-lo por levantar esse debate e também de lhe dizer o seguinte: no meu entendimento, essa lei não pode ter uma interpretação restritiva, porque, na verdade, o professor já ganha tão pouco, tem tanta dificuldade... Creio que nós, tanto da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia quanto os demais Deputados, possamos fazer um documento para falar da interpretação da norma que está sendo utilizada.

Depois também poderemos mandar um documento tanto para o MEC quanto para a bancada de Deputados porque, na verdade, professoras e professores não podem ficar prejudicados. Eles já têm muita dificuldade. Sobra comida e, ainda por cima, merenda. Muitos têm dificuldade de se deslocar até sua casa e precisam ir de uma escola a outra. Parece uma coisa um pouco medíocre. É preciso que os professores também se alimentem bem.

Deputado Bosco, não fique ansioso, estou terminando. O Presidente está tranquilo, está calmo. Estou encerrando.

Só queria pedir, Deputado Bosco, que o senhor, pela comissão, mande um documento para tomada de posição deste Parlamento. Somos contrários a essa posição e exigimos que o MEC e a bancada revejam a legislação. Precisamos discutir também a questão do MEC. Defendemos a dignidade da pessoa humana, defendemos que todos vivam e comam bem. Existe tanta dificuldade na educação, no País todo ela não é valorizada como deveria.

Gostaria de parabenizá-lo por estimular esse debate. Espero podermos apresentar a nossa proposta para questionar a lei federal e a interpretação do Estado e para defendermos sempre as professoras, os professores e nossos alunos.

O Deputado Bosco* - Agradeço à Deputada Liza Prado. Quero dizer, Deputada, que não estou ansioso, é porque não tenho mais tempo. Estou tentando sinalizar ao Presidente a fim de que ele me conceda mais 1 minuto, porque preciso trazer uma notícia ainda, relacionada à educação.

Como houve uma mudança no sistema remuneratório aprovada por nós nesta Casa, no ano passado, mudou-se também, Sr. Presidente - só um minuto -, a regra da remuneração dos Diretores das escolas estaduais de Minas Gerais. Anteriormente nossos Diretores eram remunerados de acordo com o número de turnos de cada escola. No novo sistema, os Diretores, caro Deputado Lafayette de Andrada, são remunerados de acordo com o número de alunos matriculados em suas escolas. Mais de 500 Diretores de escolas menores tiveram alteração para menos em seus salários. Como o governo Anastasia e a Secretária Ana Lúcia Gazzola assumiram o compromisso de que, com essa mudança remuneratória da educação em Minas Gerais, ninguém, nenhum profissional ficaria no prejuízo, o governo está revendo a questão dos Diretores. Será publicado um decreto no próximo sábado, em que será feita a recomposição do salário dos Diretores de mais de 500 escolas de forma retroativa. No quinto dia útil do mês que vem, todos os Diretores das escolas com menor número de alunos terão seus salários ajustados e com a devida recomposição retroativa a janeiro.

É isso o que gostaria, Sr. Presidente, de informar a todos os Diretores das escolas estaduais de Minas Gerais.

Sr. Presidente, teríamos mais matérias, mas, em virtude do tempo, nós as apresentaremos na próxima reunião.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rômulo Viegas* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje venho ao Plenário desta Casa para fazer algumas reflexões importantes. Passamos o ano de 2011 fazendo várias reuniões para discutir a tão sonhada reforma política. Participamos de seminários, debates, fomos a Brasília, e, lamentavelmente, não ocorreu até hoje absolutamente nada. Isso é um prejuízo extremamente significativo para o segmento político. Continuaremos novamente no processo de eleições a cada dois anos, o que gera um gasto enorme para o Brasil - o dinheiro poderia estar sendo aplicado na educação, na saúde -, o que faz com que nós, políticos, continuemos nessa retórica cansativa de falar que é preciso dinheiro para esses setores que acabo de citar.

Mas, Sr. Presidente, a reforma não saiu. Isso é um prejuízo, principalmente para os gestores públicos municipais. Quando se inicia um mandato com um governo de Estado e com um governo Federal e, depois, ocorre uma mudança no mandato de Prefeito, não há continuidade de trabalho, pois os programas são interrompidos. Portanto vale a pena essa reflexão. No meu entendimento, deveríamos fazer eleições casadas a cada cinco anos, o que evitaria gastos desnecessários, como ocorre hoje no nosso Brasil. Vai um alerta aqui a todos os gestores municipais.

A segunda reflexão é que, com a aprovação da Emenda nº 29, foram hipotecadas mais despesas para os Estados e Municípios. O governo federal, como sempre, preferiu manter a variação do PIB. Ora, já temos informações de que o PIB do ano passado foi um "pibinho". Então, que recursos teremos para a área da saúde? Serão mais problemas para os nossos Prefeitos, de modo que Estados e Municípios serão deixados à deriva na área da saúde.

Muito bem, Srs. Deputados, Deputada Rosângela Reis, Deputado Duarte Bechir, nosso Líder, Deputado Lafayette de Andrada, por meio de requerimento, formulei ao Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro, pedido para a criação de uma comissão especial de pessoas notáveis para discutir e apresentar as propostas de Minas Gerais para a elaboração de um novo pacto federativo, as quais seriam posteriormente enviadas para o grupo de notáveis do Senado criado pelo Presidente José Sarney justamente para discutir essa proposição. Por outro lado, quero alertar, mais uma vez, os Prefeitos mineiros e brasileiros, caro Deputado Luiz Henrique, sobre a preocupação que vem a seguir.

O jornal "Hoje em Dia" fez uma matéria muito relevante, dizendo que há uma diferença enorme nos repasses de verbas federais para os Estados cujos Governadores apoiam o governo federal, do PT. Dados fornecidos pelo Portal da Transparência apontam que os governos da base federal receberam, no ano de 2011, em média, R\$712,15 em recursos federais por habitante, enquanto que os Estados governados pelos partidos de oposição ao governo federal receberam apenas, repito, apenas R\$326,75 por habitante.

É interessante que os Estados governados pelos aliados do governo federal possuem uma população de 91 milhões de pessoas, e receberam um total de repasses federais, Deputado Duarte Bechir, da ordem de R\$65.000.000.000,00. Repito, os Estados governados pelos aliados do governo federal possuem uma população de 91 milhões e receberam um total de R\$65.000.000.000,00. Já os Estados governados pela oposição ao governo federal possuem uma população de 99 milhões de pessoas e foram contemplados, Deputado João Leite, com apenas R\$32.000.000.000,00.



Esse dado vale para refrescar a memória dos atuais Prefeitos que firmaram e firmam boas parcerias com o governo de Minas Gerais, independentemente da sigla partidária, como por exemplo os das cidades de Itinga, Belo Oriente, Comercinho, Virgem da Lapa, Prados, Andradas, Ubá, Coronel Fabriciano, todas governadas pelo PT, que têm uma parceria muito boa com o governo de Minas.

Portanto, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, torno a destacar a necessidade de uma forte mobilização a favor de Minas Gerais. O nosso Estado é muito grande, com 853 Municípios, e conta, é claro, com a eficiente administração do Governador Anastasia e do Vice-Governador Alberto Pinto Coelho e toda a equipe do governo para trabalhar com bons resultados.

Agora é hora de mais reflexão. A crise internacional prejudicou muito a economia mineira e é hora de a Nação reconhecer a importância de Minas Gerais na balança comercial do Brasil.

Srs. Deputados, mais um alerta diz respeito ao fato de que uma das maiores conquistas do Brasil foi a industrialização e ela está fragilizada, correndo sérios riscos. Estamos exportando minério e “commodities”, produtos primários como minério e soja e, por outro lado, importamos desde equipamentos sofisticados até os produtos mais banais. Por exemplo, é muito mais barato importar da China um simples guarda-chuva do que produzi-lo aqui. O governo federal precisa continuar tomando outras medidas, Deputado João Leite.

Para o Ministro Mantega, o câmbio é o maior desafio, mas todos nós sabemos que os impostos, o “spread” bancário, a burocracia, a infraestrutura logística, a legislação trabalhista são empecilhos para a competitividade da nossa indústria. A indústria de transformação foi a que teve piores resultados em 2011, o que deveria preocupar, e muito, o governo federal, pois é a transformação que gera maior dinamismo em toda a economia.

Portanto, Deputado João Leite, fiquemos alerta porque a cortina do espetáculo do crescimento começa a baixar, cai o pano do teatro de obras inacabadas, como, por exemplo, a transposição do Rio São Francisco, agora denunciada pelo Tribunal de Contas da União, com superfaturamento.

Nossos Prefeitos reclamam dessa nova isenção dada ao IPI, pois, segundo o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, essa compensação vai gerar um impacto negativo de R\$148.000.000,00 nos cofres municipais.

Portanto, é hora de refletir. O governo federal está aí com muito “marketing”, muita propaganda, e Minas Gerais aguardando mais recurso, mais dinheiro. Recentemente ouvi os Governadores reclamando dessa ingerência do governo federal na gestão dos Estados e Municípios, determinando salários para os funcionários públicos. E mais ainda, Deputado João Leite, o governo federal, do PT, aprova agora a lei complementar para aposentadoria dos servidores públicos federais. Foi ideia nossa. Em 2003, o Senador Tasso Jereissati se aposentou e foi derrotado. Pode ser visto no jornal o Senador Humberto Costa, do PT, dizendo ao Senador Álvaro Dias o seguinte: “Senador Álvaro Dias, o senhor deveria ficar feliz e nos dar o direito de mudar. No passado, o PT adotou posições equivocadas, voltadas somente ao embate entre Oposição e governo. Esse fundo de previdência é um exemplo”. Então, o governo do PT adora copiar as ideias do PSDB.

Concedo aparte ao Deputado João Leite, em seguida ao Deputado Duarte Bechir e depois ao Deputado Sargento Rodrigues. Solicito a todos que sejam breves.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Parabéns pelo seu pronunciamento. V. Exa., como professor, sempre apresenta muitos dados apoiados em elementos muito fortes.

Quero lembrar, dentro do que V. Exa. apresenta, que o governo federal arrecadou, em Minas Gerais, nos meses de janeiro e fevereiro, R\$9.000.000.000,00 em impostos. Quanto volta para Minas Gerais? Enquanto isso, estamos vendo a “gastança” do governo federal em todos os sentidos. Imaginem que a Presidente está na Índia, no Hotel Palace Taj Mahal, cuja diária é de US\$2.500,00. Ofereceu um bolo à filha, comprou-o com dinheiro do contribuinte mineiro. O valor dessa diária é só para ela, US\$2.500,00, a diária do hotel onde a Presidente está. É a “gastança”, a “gastança” com eles. Essa “gastança” deveria ser feita com o povo brasileiro, com todos os brasileiros, mas Minas Gerais, onde eles buscaram R\$9.000.000.000,00 este mês, não recebe nada. Nos Estados governados pela Oposição, o povo está esquecido. O PT se esqueceu de Minas Gerais. Parabéns pelo pronunciamento, Deputado.

O Deputado Rômulo Viegas* - Obrigado, Deputado João Leite.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Prometo ser breve, Deputado. Eu não poderia deixar de compartilhar com V. Exa. esse sentimento provocado pela desigualdade, pelo tratamento diferenciado que o governo federal dá ao povo brasileiro, especialmente a Minas Gerais.

Está marcada para ocorrer na próxima segunda-feira, nesta Casa, uma audiência pública da Comissão de Transporte - se não me engano o requerimento é de autoria do Deputado Carlin Moura -, para discutir sobre dados do Carnaval, sobre acidentes e outras coisas. Isso nos traz, Deputado Rômulo Viegas, a possibilidade de mostrar o quanto estamos abandonados, em todos os setores. V. Exa. apresenta um dado que, além de desconfortável para Minas Gerais, mais uma vez requer uma atenção especial do povo de Minas quanto aos olhos do governo federal para com este Estado.

Veja bem que, para os companheiros que representam cerca de 91 milhões de habitantes, R\$65.000.000,00; para os 99 milhões de habitantes, que não são companheiros, R\$32.000.000,00; metade do que deu para menos gente que representa. Então, os eleitores de Minas Gerais têm que começar a repensar. Até onde nossa responsabilidade vai? A do eleitor, a minha, como cidadão e como membro do parlamento. Quem está nos vendo agora, em casa, votou, escolheu a Presidenta, mas ela não escolheu Minas Gerais para fazer os investimentos. Obras importantes estão acontecendo em todo o Brasil, menos aqui; e se o Governador Anastasia não fosse à Itália, como foi agora, e não estivesse trazendo a New Holland para Montes Claros e outros tantos investimentos que estão sendo anunciados, estaríamos completamente como um barco em alto mar, que não tem um comandante para ajudar, que é o governo federal.

Para encerrar, Deputado Rômulo Viegas, V. Exa. nos possibilita mais uma reflexão: sobre as eleições serem casadas, o que daria a oportunidade de iniciar com o Governador e com o Presidente e terminar com eles o mandato. Importantíssima a fala de V. Exa., e merece o nosso reconhecimento pela oportunidade, pelo brilhantismo e pelo momento em que traz o debate a esta Casa. Parabéns, Deputado.

O Deputado Rômulo Viegas* - Muito obrigado, Deputado Duarte Bechir.



O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero cumprimentar V. Exa., que aborda um tema de suma importância para os contribuintes mineiros, os cidadãos mineiros, para que eles fiquem cada vez mais atentos, especialmente com relação a política no âmbito nacional.

Inscrevi-me para falar, mas acredito que não dará tempo, e gostaria de passar uma informação. Ontem ocupei a tribuna ao cumprimentar o Líder de Governo que saía, Deputado Luiz Humberto Carneiro, e falei com relação a esta matéria do jornal Estadão, "Estado de São Paulo", de hoje: "Polícia faz apreensão recorde de 'crack'". Laboratório perto de Jundiá é o maior já encontrado no Estado: foram apreendidos 150kg de "crack", 700kg de cocaína. Com os acusados, os policiais apreenderam três fuzis AK-47, duas submetralhadoras, oito pistolas e munições diversas.

Disse aqui ontem e tenho dito ao Deputado João Leite, na Comissão de Segurança Pública, e à Deputada Maria Tereza Lara que é impossível os Estados, Deputado Rômulo Viegas, fazer segurança pública sem que o governo federal, a União, cumpra minimamente o seu dever de casa. Todo esse material apreendido, armas e drogas são pernas que não andam separadas, irmãs siamesas, ou seja, onde existe droga existe arma. São inseparáveis. E passam livremente nas fronteiras. Essa competência da União, o art. 144 da Constituição da República prevê com clareza: a competência originária para combater o tráfico de drogas, o contrabando de armas e o descaminho é da Polícia Federal, é da União. Infelizmente a União tem sido completamente omissa, e o desdobramento disso, Deputado Rômulo Viegas, é devastador nos Estados e Municípios. Então, se temos aí presídios abarrotados de presos e está sendo gasto todo o dinheiro do Estado - que deveria estar sendo investido em obras sociais, em saneamento básico, na infraestrutura -, se tudo isso está sendo gasto com presídios e com segurança pública, parte dessa insegurança pública é devida às consequências desastrosas da omissão da União quando não contém, não estanca as drogas e as armas pesadas. Portanto, a União, o governo federal, a Presidente da República devem muito aos Estados, e nós, em Minas, não ficaremos calados. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Rômulo Viegas - Muito obrigado, Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado Rômulo Viegas, parabéns pelo tema que vem abordando. Já tinha acompanhado pelos jornais esse absurdo da divisão do bolo, quando a União está investindo em torno de R\$712,00 por habitante nos Estados, deixando de lado, com R\$326,00, os Estados que são governados pela oposição.

No ano passado, vivemos nesta Casa a Medida Provisória nº 540, dando incentivos fiscais para as empresas que se instalassem no Nordeste do Brasil. Com isso, o que aconteceu? Minas Gerais perdeu investimentos, como o polo acrílico e a Fiat, que foi para Recife. O nosso Senador Aécio Neves tentou incluir a região Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, na Medida Provisória nº 540, e a Presidenta Dilma vetou esses benefícios para essa região mineira. Foi necessário o Governador Aécio Neves criar a Sudene mineira para atrair investimentos de mais de R\$1.000.000.000,00 para a Região Norte, Jequitinhonha e Mucuri.

Portanto temos de usar a tribuna para falar desses absurdos que o governo federal tem cometido com Minas Gerais, pois fica com mais de 65% dos impostos arrecadados e não faz nem a distribuição equânime. Utilizaremos a tribuna para isso. V. Exa. é um Deputado atuante e combativo. Parabéns, Deputado Rômulo Viegas!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Glaycon Franco* - Sr. Presidente, demais Deputados, servidores desta Casa, distinto público, telespectadores da TV Assembleia, o tema que me faz hoje ocupar esta tribuna é a saúde pública em nosso Estado de Minas Gerais, os investimentos na área da saúde em nossa região e a situação dos recursos destinados à saúde pela União.

Gostaria, Sr. Presidente, de começar as minhas palavras falando sobre a intranquilidade pela qual estamos passando. Digo isso não só por mim, mas também pelos meus representados do Estado de Minas Gerais, em especial da minha querida região do Alto Paraopeba e Vale do Piranga.

É triste, Deputados, como esse assunto é tratado pela União. Todos temos sempre alertado para a injustiça do pacto federativo, que concentra na União a esmagadora maioria dos recursos, deixando Estados e Municípios com orçamentos mínimos para o seu financiamento.

Parece-me, Sr. Presidente, que, apesar disso, apesar de a União ficar com a maior parte dos recursos, é a que menos quer se responsabilizar pelo custeio da saúde pública. Em minha região, há diversas ações do Estado de Minas Gerais, oriundas da atuação marcante do nosso Governador Antonio Anastasia, que têm causado grande impacto positivo na saúde do nosso povo. Conselheiro Lafaiete, cidade-polo do Alto Paraopeba e Vale do Piranga, recebe grandes investimentos, principalmente na área da saúde. Isso impacta positivamente a saúde direta dos nossos cidadãos.

Hoje Conselheiro Lafaiete se orgulha de estar, por meio do nosso Prefeito José Milton, trazendo grandes obras - obras essas que já se refletem na saúde da nossa população. Hoje estamos finalizando o Hospital Regional, com mais de 200 leitos do SUS, mais de 20 leitos de CTI, obra da envergadura que a nossa região merecia. No Estado de Minas Gerais, estão sendo construídos apenas três.

Recentemente inauguramos o Samu. Sr. Presidente, quero agradecer ao nosso Governador. Digo agora, não como médico ou Deputado, mas sim como filho de uma família do Alto Paraopeba, que há muito se fazia necessário esse serviço de urgência e emergência 24 horas para atender à demanda da nossa população, daquela população mais carente e que precisa do braço forte do governo do Estado. Com certeza o nosso Governador a atendeu, e hoje um sonho da população do Alto Vale Paraopeba e do Vale do Piranga se transformou em realidade, que é o Samu, que se encontra lá instalado.

Nós médicos, como o Deputado Doutor Viana, sabemos da importância desse serviço, porque, na hora aguda da doença, o que salva vidas é o tempo, a presteza. Certamente em Conselheiro Lafaiete esse serviço já existe. Conselheiro Lafaiete recebeu também duas UBSs do tipo 3, com instalações de três ESFs em cada, realizou a reforma e ampliação do Centro de Promoção da Saúde, para atendimento de portadores de DSTs, HIV e hepatites, referência no Estado, e construiu a casa de apoio. O Município, com o apoio do governo do Estado, teve condições de atuar com efetividade a ponto de receber como premiação um veículo pelo destaque nas ações de combate à dengue, sendo classificado como o de menor índice de infestação do Estado.

É necessário ressaltar também todas as atividades de capacitação de pessoal, até a implantação do Protocolo de Manchester, PEP e outros. Ao lado de tudo isso, fomos agraciados com a implantação na região, pelo governo do Estado, da nossa tão almejada e



sonhada unidade do Corpo de Bombeiros, que tem contribuído de forma incisiva e marcante para o bem-estar da nossa população, principalmente agora com as chuvas recentes. Faço um elogio a toda a unidade do Corpo de Bombeiros, a todos os bombeiros, que trabalharam muito bem para a nossa população.

Foram vistos também, pelo nosso governo, investimentos na área de infraestrutura rural, como a doação, na última quinta-feira, de 153 veículos para o IMA, com a finalidade de apoiar a vigilância sanitária animal e vegetal, com reflexo na saúde de nossa população. V. Exa. está percebendo, Sr. Presidente, as inúmeras obras que o nosso Governador tem realizado, principalmente para a nossa região.

Um outro fato que demonstrou o comprometimento da esfera estadual com a saúde foi o suporte dado à região do Alto Paraopeba por ocasião de um surto de meningite, que só não teve consequências mais graves em virtude da pronta atuação dos mecanismos das Prefeituras locais com a Secretaria de Saúde, por ordem do nosso Governador.

Outra recente ação da maior importância, que teve oportunidade de receber nos últimos dias, foi a doação, Deputado Doutor Viana, de 14 micro-ônibus para o consórcio intermunicipal da nossa região. Com isso, conseguimos resolver uma demanda antiga das cidades menores, pois era preciso que a população se deslocasse aos grandes centros para realizar exames e buscar atendimento nos hospitais de maior complexidade.

Poderia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficar um bom tempo aqui enumerando as importantes ações que o governo de Minas Gerais tem promovido em benefício da nossa saúde, mesmo com os poucos recursos que lhe restam, em razão da injusta distribuição de tributos arrecadados neste país. É estarrecedor perceber como a regulamentação da Emenda nº 29 nos deixa com poucas esperanças de avanço, por parte da União. Depois de 2004, quando expiraram os critérios de emergência, estabelecidos pela emenda, para aplicação de recursos na saúde pela União, é anseio geral a regulamentação dos dispositivos constitucionais. Quando se achava que o fim dessa omissão chegaria com boas notícias, o que se viu foi um veto que derrubou a vinculação de 10% da União para a saúde.

Acreditamos, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que 10% já era pouco. Com a derrubada dos 10%, voltamos ao cálculo da variação do PIB, critério prejudicial ao orçamento da saúde e que permitiu o mais recente golpe a que presenciamos estarrecidos: o corte de R\$5.400.000.000,00, comprometendo sobremaneira o programa orçamentário da saúde para o ano de 2012.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Nobre colega Deputado e médico Dr. Glaycon Franco, grande revelação que chegou recentemente a esta Casa com a ida do Deputado Cássio Soares para a Secretaria. É uma alegria muito grande compartilhar com V. Exa. a nossa vida parlamentar e médica, não apenas preocupados, como também ocupados com a saúde. V. Exa. está realçando o trabalho que o governo realiza em nosso Estado, em nossa Secretaria de Saúde, tão bem coordenada pelo Secretário Antônio Jorge, nosso colega também, que realiza um belo trabalho, um homem que realmente conhece a realidade difícil da saúde em nosso Estado.

Novamente volto a dizer, até mesmo para reforçar o que V. Exa. falou, que o governo federal está arrecadando cada vez mais impostos, batendo recordes mês a mês. Então por que essa discriminação com a saúde? Ele aprovou a Emenda nº 29, mas manteve o mesmo orçamento de um ano atrás. Será que a saúde não merece também acompanhar o crescimento da receita, recebendo mais investimentos? Será que o povo brasileiro está com a saúde tão boa assim? Não questionarei isso para não pensarem que é demagogia, pois sabemos da realidade por que passa o nosso paciente adoecido, que necessita da prestação do serviço. É claro que há melhoras, mas ainda há muito para evoluir e avançar.

Mais uma vez digo que tenho esse sentimento pelo fato de o governo ter se retraído, ter tirado o pé de investir mais na saúde, mantendo o índice do ano passado, quando sabemos que a receita, taxas e tudo o mais está aumentando assustadoramente a cada mês.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Muito sucesso e êxito nesta Casa, na desenvoltura do seu mandato parlamentar. Muito obrigado. O Deputado Glaycon Franco* - Obrigado.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado Glaycon Franco, conforme relatou muito bem o Deputado Doutor Viana, tem pouco tempo que V. Exa. vem exercendo o mandato conosco, mas parece já ser um veterano. Já conquistou a amizade e a admiração de todos. Hoje V. Exa. vem à tribuna falar de um tema de vital importância para Minas Gerais e para o Brasil, a regulamentação da Emenda nº 29, que causou frustração a todos nós que lidamos na área da saúde. Mas V. Exa. também tem falado sobre coisas que merecem aplausos: a administração do Governador Anastasia na área da saúde e, em especial, a Secretaria de Saúde, tão bem conduzida por Antônio Jorge. Gostaria também de parabenizar o Subsecretário de Atenção à Saúde, Maurício Botelho. V. Exa. falou dos investimentos na sua querida Conselheiro Lafaiete, na região do Alto Paraopeba, e eu não poderia me furtar de falar também sobre investimentos recentes que serão feitos em Diamantina, na Santa Casa e no Hospital Nossa Senhora da Saúde, onde serão investidos mais de 10 milhões para possibilitar a instalação do tão sonhado curso de Medicina da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Então digo da nossa indignação em relação à Emenda nº 29, porque ela jogou toda a responsabilidade da saúde para os Estados e os Municípios. Assim, a União fica assistindo passiva ao que vem acontecendo na saúde pública do Brasil. Felizmente temos em Minas uma equipe eficiente cuidando da saúde. Com improviso e os poucos recursos do Estado, essa equipe tem feito o possível e o impossível. Parabéns V. Exa. pelo tema abordado com tamanho conhecimento de causa.

O Deputado Glaycon Franco* - Obrigado, Deputado Luiz Henrique. Quando se acredita que o País avançará, vem um retrocesso dessa envergadura. É por isso, Srs. Deputados, que eu, na condição de membro, mesmo que suplente, da Comissão de Saúde desta Casa, demonstro a minha preocupação e também a da minha região com esses fatos. Embora não possamos fazer outra coisa senão louvar e agradecer ao governo do Estado pelos investimentos na saúde em nossa região, percebemos a clara necessidade de uma contribuição maior da União para com a saúde da nossa população, sobretudo porque ela é a principal concentradora dos recursos.

É o momento de nossos parlamentos estaduais fazerem as nossas reivindicações. Caminhamos com a sociedade civil organizada, que também está preocupada em exigir que não só os Estados e os Municípios fiquem vinculados, mas também a União, que deve, na opinião deste Deputado, assumir mais as suas responsabilidades. Devemos, sim, tomar as providências necessárias. Devemos nos unir às associações de classe, sindicatos e movimentos religiosos. E isso, Sr. Presidente, a Comissão de Saúde já está fazendo. Já estivemos reunidos com o D. Walmor de Oliveira Azevedo para fazermos um grande movimento nesta Casa, um movimento de cidadania, para que juntos possamos proliferar essa ideia por todos os Estados da União a fim de criarmos um grande projeto de iniciativa popular. A

finalidade é obter normas justas e suficientes para talvez, assim, garantir a vinculação das receitas orçamentárias necessárias à real melhoria da saúde de nossa população, que entendemos ser o bem maior de cada cidadão. Era o que tinha, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite – Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, queria saudar o nosso mais jovem companheiro, representante da região tão querida de Conselheiro Lafaiete: Deputado Glaycon Franco. Lembro os grandes vultos da história de Lafaiete, o nosso amigo e professor Arnaldo Penna, que brilhou nesta Casa como Deputado e servidor, já que fez concurso público e foi aprovado como servidor desta Assembleia Legislativa. Ele é o meu líder nesta Casa.

Sr. Presidente, de alguma forma, mas não com o brilhantismo do professor e Deputado Rômulo Viegas, queria continuar tratando do que Sua Exa. tratou nesta tribuna. O Brasil passou por muitas transformações, e não há dúvida de que uma importante transformação vivida na sua história é a mudança de Império para República. O Império sofria fortemente a oposição das Províncias, porque concentrava todos os recursos arrecadados no Palácio, que os guardava. As Províncias já não aguentavam mais, pois o peso do Império era muito forte. Elas tinham de financiar a festa do Palácio, da corte, do rei, do imperador, das princesas, dos condes, dos barões, das baronesas, das marquesas, enfim, de todas as festas ocorridas no Palácio. As Províncias não aguentavam mais aquilo, ou seja, aquela mordomia financiada pelos impostos pesados, e sofriam muito, pois ficavam sem infraestrutura.

Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Srs. Deputados, telespectadores, é isso que vivemos novamente depois de tantos anos de República, de construirmos um pacto federativo em que o poder central perceberia uma parte dos impostos, e informamos os números de Minas Gerais de janeiro e fevereiro. Vejam que nesses meses no Brasil normalmente as atividades são desaceleradas por causa das férias, do carnaval e dos 28 dias do mês de fevereiro. Apesar disso, o governo federal buscou R\$9.000.000.000,00 de Minas Gerais, ou seja, levou R\$9.000.000.000,00 da província. Deputado Luiz Henrique, nós e o nosso professor de cálculo Deputado Rômulo Viegas poderíamos fazer as contas para saber quanto voltou para Minas Gerais, quanto voltou para o seu Norte, Deputado Luiz Henrique, com todas as necessidades de infraestrutura, de policiamento, de segurança e de recuperação das estradas federais no Norte de Minas. Quanto voltou? O Deputado Glaycon Franco fica querendo invadir o campo e diz: “E a BR-040, Deputado João Leite, até Conselheiro Lafaiete, matando tantas pessoas?”. Onde estão as obras e os recursos para isso? Voltamos ao tempo do Império, que busca o dinheiro nas Províncias, centraliza os recursos, gasta os recursos. Essa viagem da corte da Presidente Dilma para a Índia demonstra muito isso.

No aniversário da filha da Presidente Dilma, pega-se o dinheiro das Províncias para comprar um bolo de aniversário. Em qual hotel ficaríamos? Escolheram o Taj Mahal Palace Hotel, com diária de US\$3.500,00. Estamos descobrindo para onde está indo o dinheiro do nosso Imposto de Renda, do ICMS, do IPVA, todos esses recursos: para financiar a ganância, a festança da corte. A corte continua. Estamos falando da diária de um apartamento, mas quantas foram? Qual era o séquito da Presidente Dilma? Quem a acompanhava? Quantos apartamentos foram ocupados nessa viagem? Qual foi o gasto nessa viagem? O que o Brasil ganha com essa viagem da Presidente Dilma para a Índia? Qual é a vantagem para todos nós, brasileiros?

Daí o esforço do nosso Presidente Dinis Pinheiro em buscar a renegociação da dívida. Para além dos 9 bilhões arrecadados no nosso Estado nos meses de janeiro e fevereiro, temos também o pagamento da dívida, com juros de agiotagem explícita. Agiotagem explícita do governo federal contra os Estados, e notadamente contra Minas Gerais. Juntemos a isso os dados trazidos pelo Deputado Rômulo Viegas, que nos mostra que os Estados – chamarei de Províncias –, as Províncias governadas pelo PT recebem dinheiro, e as Províncias governadas pela Oposição não recebem nenhum centavo. É dinheiro do governo federal? Não. É dinheiro arrecadado na Província, é dinheiro arrecadado em Minas Gerais. É fruto do esforço dos mineiros, da produção de Minas Gerais, do trabalho dos mineiros e das mineiras.

Nós não temos medo de trabalhar, mas não é possível continuarmos a sustentar essa ganância do PT, essa festa do PT, a festa do império, a festa da corte. Minas Gerais não suporta isso mais, os Estados, as Províncias, não aguentam isso mais. O Império ficou para trás há tantos anos, mas podemos reconhecê-lo hoje na prática centralizadora do PT no governo.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Obrigado. V. Exa., como nosso Líder, faz sempre pronunciamentos de reflexão extremamente necessária para a população de Minas Gerais. Trago mais um dado divulgado pela imprensa: a Prefeitura de São Bernardo do Campo, administrada pelo PT, recebeu investimentos da ordem de R\$79,00 por habitante; a Prefeitura de São José dos Campos, administrada pelo PSDB, recebeu R\$0,32 por habitante; São Paulo, a maior cidade do País, faturou R\$0,62 por habitante; o Rio de Janeiro recebeu recursos da ordem de quase R\$52,00 por habitante. Ou seja, os Municípios e os Estados que não são Províncias, que são da “corte”, estão muito bem na fita. Já Estados e Municípios de Oposição são tratados, na relação de Império, como Províncias. Recursos escassos, problemas estourando em tudo quanto é lado.

Vale destacar o papel fundamental do Senador Aécio Neves ontem, que brilhou ao trazer para todos nós uma reflexão muito importante, de que esse governo que aí está é um governo de mídia, não é um governo real, e precisa voltar os olhos principalmente para as necessidades de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Rômulo Viegas. V. Exa. traz dados que, por si sós, demonstram o que temos trazido nesta tribuna: essa perseguição. Espero que o PT não consiga dividir o País ao meio. Na última eleição, já vimos isso.

As pessoas estão percebendo: para os amigos, tudo; para esse esquema montado, para essa burocracia, tudo. Ainda bem que uma voz forte se levanta na Oposição deste país. É a voz do mais querido, Senador Aécio Neves, que é reconhecido por onde passamos. Na semana passada, estávamos no Espírito Santo, e todos os Deputados nos cobravam: “Vocês têm de ajudar o Senador Aécio Neves, para que ele seja candidato à Presidência da República. Não aguentamos mais as perseguições nem a falta de investimentos”.

Vejam a situação caótica das estradas federais em Minas Gerais. Ontem, o DNIT resolveu entregar as obras do Anel Rodoviário ao DER. Olhem a estrutura do DNIT. Outro dia eu estava lendo que ele possui 32 datilógrafos em seu quadro. Ontem, o Senador Aécio Neves mostrou, no Senado Federal, a incompetência da gestão da Presidente Dilma. E isso está provado nessa estrutura arcaica, que já não se usa. Datilógrafos para quê? Precisamos é de engenheiros no campo. Ora, desde janeiro a cabeça da ponte do Viaduto São Francisco, no Anel Rodoviário com a Avenida Antônio Carlos, na altura do Cachoeirinha, baixou e continua na mesma situação.



Quem passa pelo Anel Rodoviário pode ver isso. Outro dia um amigo, ao passar por Belo Horizonte, ligou-me dizendo: “João, estou passando pelo Anel Rodoviário, e ele está todo parado”. Eu lhe perguntei: “Você está indo em direção a Vitória?”. Ele respondeu: “sim”. Então, disse: “Essa é a ponte do PT”. Para arrumá-la, eles estão pedindo mais tempo. Do outro lado, na região Sul de Belo Horizonte, está o túnel do Ponteio, na BR-356, que liga Belo Horizonte ao patrimônio da humanidade: Ouro Preto e Mariana, cidades do nosso coração. A BR-356 possui esse túnel pequeno, do Ponteio, no qual passa apenas um veículo. No entanto, pediram mais de 100 dias para arrumá-lo. O governo do PT quer mais de 100 dias para arrumar um túnel! É essa a atual situação da BR-356, que vai do Ponteio ao trevo de Ouro Preto, passando pelo BH Shopping, junto à BR-040. Depois, a BR-040 continua em direção a Conselheiro Lafaiete, do Deputado Glaycon Franco, e a São João del-Rei, do Deputado Rômulo Viegas, e a BR-356 vai em direção a Itabirito, Ouro Preto e Mariana. Aí é um desastre. Passei lá outro dia, quando fui à Mariana com a Comissão de Segurança Pública. Fiquei parado lá, aguardando a liberação da estrada federal. Deputado Rômulo Viegas, se as estradas federais continuarem sem manutenção, que é responsabilidade do governo federal, para homenagearmos a nossa São João del-Rei, teremos de reutilizar a Estrada Real e, assim, passaremos na sua porta, como D. Pedro fazia.

Com muito prazer, concedo aparte ao nosso líder, Deputado Luiz Henrique, do Norte de Minas.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado João Leite, é sempre um prazer apartear-lo. V. Exa. exerce uma liderança natural, não apenas em nosso partido, mas também aqui, na Assembleia. Neste momento, V. Exa. apresenta um discurso coerente sobre a prática do nosso Governador Aécio Neves, quando governou o nosso Estado, de uma forma republicana e atendendo a todos os Municípios. A Oposição deveria estar aqui ouvindo isso. As emendas parlamentares dos Deputados da Oposição sempre foram atendidas. O Governador Anastasia continua administrando de forma republicana. E Minas já não suporta tanto descaso.

Estou aguardando o edital da BR-367. O Ministro Passos ficou de liberá-lo até o final de março. Amanhã ainda é sexta-feira, e o mês ainda não terminou. Eu e todo o Vale do Jequitinhonha esperamos por esse importante edital. Já não aguentamos tanto descaso de uma Presidenta que se diz mineira. Deputado João Leite, mineira de onde? Deixo essa reflexão. Um grande abraço.

O Deputado João Leite - Deputado Luiz Henrique, a BR-367 faz a ligação com Salto da Divisa?

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Exatamente. É próxima a Datas e a Diamantina e vai até Porto Seguro. São 35 anos que esperamos...

O Deputado João Leite - Então, Virgem da Lapa...

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Virgem da Lapa, Araçuaí, Almenara, Chapada do Norte, até Salto da Divisa e vai pela Bahia até Porto Seguro.

O Deputado João Leite - Teríamos a opção de ir a Araçuaí sem ser pela BR-381 e BR-116, poderíamos ir por Diamantina.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Exatamente, partindo da MG-10, essa importante obra do governo do Estado, que está pavimentando de Lagoa Santa até o Serro, a qual será um corredor turístico.

O Deputado João Leite - Passando por Conceição do Mato Dentro.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Exatamente. Esse corredor turístico está sendo pavimentado. Para Minas Gerais e o Jequitinhonha, ele é de vital importância. Esperamos, mais uma vez, que o governo federal nos atenda. São 30 anos de espera. Temos de pedir com o pires na mão e com humildade, mas estamos ficando cansados. Não dá mais. É implorar por recursos a que temos direito, pois a população paga impostos.

O Deputado João Leite - Muito obrigado. O Deputado Luiz Henrique traz informações importantes.

Ouvindo o Deputado Luiz Henrique, lembrei-me de falar de uma ação republicana, do Processo. O nosso Senador, o mais querido, o Aécio Neves, quando assumiu o governo, viu que 230 cidades do nosso Estado não tinham ligação asfáltica. Ele fez a ligação, independentemente de quem fosse o Prefeito e de qual sigla fosse, porque ali estava o povo de Minas Gerais. Então, o mais querido, o Senador Aécio Neves, fez a ligação das nossas cidades.

Sr. Presidente, lembrei-me disso porque a região de V. Exa. foi bem atendida pelo Processo. Imagine, Deputado José Henrique, nós que fazemos política lá em São José do Mantimento, quantos anos o Deputado Laviola aguardou a ligação asfáltica daquela cidade e não a viu! Deus nos deu a oportunidade de vê-la.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/4/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Inácio Franco

exonerando, a partir de 30/3/2012, Délio Alves Ferreira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;
exonerando, a partir de 30/3/2012, José Claret Pimenta do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Conceição de Fátima Almeida Ferreira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas.

Gabinete do Deputado Neilando Pimenta

torando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 31/3/2012, que nomeou Maria Caldeira da Rocha o para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;



Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 31/3/12, que nomeou André Paulino de Oliveira para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, jornada de 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR;

nomeando Maria Tereza Real para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 26/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 10h30min do dia 19/4/2012, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de vacinas contra influenza (fragmentada e inativada).

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário de 8h30min a 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 3 de abril de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.



ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 3.042/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 31/3/2012, na pág. 7, no despacho, onde se lê:

“Anexe-se ao Projeto de Lei nº 728/2011”, leia-se:

“Anexe-se ao Projeto de Lei nº 723/2011”.